

AS CORES DO ACESSO ABERTO À INFORMAÇÃO CIENTÍFICA

THE COLORS OF THE OPEN ACCESS TO SCHOLARLY COMMUNICATION

Jacqueline de Araújo Cunha¹
jacquelinecunh@gmail.com

Resumo: Apresenta as políticas editoriais de revistas científicas no que concerne às questões relativas ao acesso aberto. Para tanto, utiliza como base uma experiência estrangeira denominada SHERPA/RoMEO e outra brasileira, coordenada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, o Diadorim. Ressalta que as políticas se apresentam com diferentes permissões e restrições relativas à disponibilização de artigos científicos em repositórios, as quais são classificadas em quatro cores: azul, verde, amarela e branca. Ressalta a importância desse tipo de serviço para os repositórios no intuito de assessorar pesquisadores e instituições na gestão de repositórios e políticas de comunicação científica.

Palavras-chave: Políticas editoriais. Acesso Aberto. Comunicação Científica.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS: um breve histórico do Acesso Aberto no mundo e no Brasil

Os canais de comunicação científica surgidos desde o início do fazer ciência sempre apresentaram uma potencial capacidade de promover a socialização do conhecimento científico e conseqüentemente a ampliação das possibilidades de desenvolvimento humano e intelectual. Neste processo, as tecnologias de informação e

¹Graduação em Biblioteconomia – UFRN. Mestrado em Ciência da Informação – UFPB. Doutorado em andamento em Ciência da Informação – UFRJ. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9945640747181562>

comunicação se apresentam como ferramenta de bastante relevância, pois o ambiente criado pelos meios eletrônicos proporciona uma comunicação mais democrática e estimula a colaboração no meio científico (MEADOWS, 1999). Essa colaboração entendemos cristalizar-se no movimento *Open Access* e nos Arquivos Abertos.

O movimento do acesso aberto tem experimentado grande repercussão em todo o mundo, especialmente na Europa, envolvendo comunidades acadêmicas, editoras e outras organizações de pesquisa científica (SILLÓ, 2005; KURAMOTO, 2008). Este movimento teve como marco inicial o encontro promovido pelo *Open Society Institute* (OSI) na cidade de Budapeste, Hungria, em dezembro de 2001. O objetivo da reunião foi acelerar o progresso através de um esforço internacional para disponibilizar gratuitamente na Internet artigos de pesquisa em todas as áreas acadêmicas. Os participantes representaram muitos pontos de vista, disciplinas acadêmicas, nações, e dispunham de experiência com muitas das iniciativas já em andamento, as quais compunham o movimento de acesso aberto (BUDAPEST, 2018). Tratou-se, portanto, de uma iniciativa destinada a unir esforços, convergindo objetivos de iniciativas de acesso aberto à informação científica.

A facilidade em disponibilizar conteúdo na web, o monopólio extorsivo de grandes editores e o conseqüente elevado custo das publicações periódicas foi o fermento principal desse movimento. A literatura aponta o repositório ArXiv como o pioneiro do acesso aberto que, já no ano de 1991, disponibilizava produtos acadêmicos, livre de barreiras de acesso. Segundo Peter Súber (2004), o ArXiv foi criado por Paul Ginsparg e é um dos mais antigos arquivos de acesso aberto de que se tem notícia. O ArXiv, até os dias atuais, disponibiliza textos nas áreas de física, matemática, ciência da computação, entre outras, de forma gratuita na rede.

Autores

como

Peter

Súber

23



BiblioCanto



(<https://legacy.earlham.edu/~peters/fos/overview.htm>) e Steven Harnad (<https://legacy.earlham.edu/~peters/fos/overview.htm>), que figuram como os autores mais citados na temática sobre o acesso aberto à informação, transformaram seus pontos de presença na Internet em verdadeiros bunkers de onde travam luta cerrada a favor do Livre Acesso. Estes websites, onde os interessados podem encontrar informações e documentos sobre o Open Access, se constituíram como importante biblioteca de referência e fontes pesquisadas para a elaboração de trabalhos científicos. Dos endereços citados é possível também acessar links de iniciativas internacionais signatárias do movimento.

No Brasil, é possível afirmar que o movimento foi impulsionado pela pouca visibilidade da produção científica nacional no contexto internacional, bem como pelo fato da pouca tradição de grandes *publishers* nacionais, ficando, na maioria dos casos, a cargo das universidades a edição de periódicos científicos.

Num texto publicado em 1995, intitulado *The lost science in the third world*, o autor Wayt Gibbs já apontava para a problemática da pouca visibilidade dos estudos desenvolvidos em países do, então denominado, Terceiro Mundo (GIBBS, 1995). O artigo também denotou a preocupação da comunidade científica internacional quanto à publicização dessa produção e reconhecimento de sua relevância.

A respeito da produção científica brasileira, no contexto das décadas passadas, o professor Rogério Meneguini teceu as seguintes considerações:

O problema está no fato de que a nossa ciência pode ser representada por um iceberg que tem uma parte visível acima da água, que estaria representando a produção científica brasileira nas bases de dados internacionais, no caso do ISI, e que corresponde a 20% - 25% do total. A produção nacional que não está indexada no ISI corresponde a cerca de 80% e se mantém submersa, pouco visível. Isso de imediato traz

uma preocupação óbvia para todos nós, pesquisadores brasileiros. A de não podermos saber qual é a qualidade dessa produção e qual o impacto de sua circulação. Ainda mais: existe outra preocupação, que é a falta de visibilidade internacional dessa produção (MENEZHINI, 1998, p. 219).

Dessa preocupação é que surgiu o projeto do Portal Scielo, considerado como uma das ações pioneiras no Brasil no que diz respeito ao movimento do Acesso Aberto e de importância já consolidada e reconhecida internacionalmente. O projeto SciELO, *Scientific Electronic Library Online*, é um programa especial da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), desenvolvido em parceria com o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciência da Saúde (Bireme) e, mais tarde, com o apoio do Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Foi implementado em 1997, com a intenção de aumentar a visibilidade e acessibilidade de publicações científicas brasileiras que, em sua maioria, não estavam indexadas em bases de dados internacionais. Atualmente, este projeto abrange não só periódicos da América Latina, mas também países de outros continentes, tais como Espanha, Portugal e África do Sul. Além de periódicos, o portal disponibiliza, desde 2012, também livros em acesso aberto, uma ação que conta com parcerias de editoras universitárias brasileiras.

Em março de 2002, depois de decorridos cinco anos do seu início, o portal Scielo contava com a disponibilização gratuita on-line de um total de 98 publicações científicas (FAPESP, 2002). Hoje (janeiro de 2018) são 1285 títulos, segundo dados do referido portal (<http://www.scielo.org>).

O aumento no número de periódicos, especificamente os nacionais, parece ser também um reflexo do trabalho do IBICT. Este tem auxiliado as Instituições de Ensino

Superior (IES) na elaboração e implementação de suas revistas, com a tradução do *Open Journal System*(OJS) para o Sistema de Editoração Eletrônica de Revista (SEER), além de oferecer treinamento para uso da ferramenta. Trata-se de um outro organismo que tem empreendido ações em prol do acesso aberto no Brasil cujo trabalho é reconhecido internacionalmente.

Desde o início deste século o IBICT tem trabalhado na customização e disponibilização de ferramentas de software livre para a produção de revistas, repositórios e bibliotecas digitais (IBICT, 2009). Dentre estas ferramentas podemos citar o E-prints, DSpace, *Open Journal System* (OJS), TEDE, entre outras. Estas ações têm como objetivo principal a criação da Biblioteca Digital Brasileira, um projeto ousado que visa integrar num único portal diferentes tipologias de arquivos abertos, tais como repositórios temáticos e institucionais, bibliotecas digitais, periódicos eletrônicos e anais eletrônicos (BRÄSCHER, 2008; KURAMOTO, 2009).

No final de 2001, o então coordenador-geral de administração, Ricardo Triska, e a, também então coordenadora de prospecção e desenvolvimento de tecnologias da informação, Lígia Café, ambos do IBICT, divulgaram, por meio de publicação de artigo, o subprojeto da Biblioteca Digital Brasileira, o qual consistia na implantação dos arquivos abertos no Brasil, utilizando o software E-prints. A primeira experiência foi realizada com a Sociedade Brasileira de Genética, quando foi experimentado o uso do software pelos pesquisadores e solicitada uma avaliação quanto a sua facilidade de manuseio e sugestões de melhoria (TRISKA; CAFÉ, 2001).

Dentre as ações que se sucederam à disponibilização da ferramenta de E-print para a comunidade científica, podemos citar a criação da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações e, mais recentemente, o início do processo de criação e implementação dos Repositórios Institucionais (RI).



BiblioCanto



No que diz respeito às políticas de informação, as ações do IBICT, na qualidade de órgão público federal da administração direta pertencente à estrutura de unidades de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, refletem a política de informação nacional. Agências de fomento como FAPESP, Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) são também reflexos dessa política de informação técnico-científica.

A CAPES, por meio da Portaria de nº 13, de 15 de fevereiro de 2006, tornou obrigatória a disponibilização das teses e dissertações dos programas de pós-graduação brasileiros, sob a justificativa de estabelecer um mecanismo de avaliação dos trabalhos e, conseqüentemente, dos programas de pós-graduação. Porém, a ação contribui de forma efetiva para o movimento do acesso aberto na medida em que disponibiliza tal literatura na rede mundial de computadores. Outra ação da CAPES que contribui bastante para o movimento foi estabelecida em janeiro de 2009. De acordo com a nota divulgada no portal de periódicos, foi firmado um acordo entre o Portal de Periódicos da CAPES e a editora holandesa Elsevier. Tal compromisso reza que quando um autor submete um manuscrito para publicação em um periódico da referida editora, o mesmo deve optar se o artigo pode ou não ter seu acesso liberado. Para isso, o acordo coloca como condição que ele “esteja afiliado a uma instituição de ensino e pesquisa brasileira e que tenha seu trabalho financiado com verbas públicas”. (PORTAL DE PERIÓDICOS CAPES, 2009).

Projeto de Lei do Senado nº 387, de 2011, elaborado pelo então senador Rodrigo Rollemberg, atualmente (2018) em tramitação, soma-se a estas iniciativas como forma de legitimar ainda mais o acesso aberto no Brasil. O texto da ementa propõe o seguinte:

Obriga as instituições de educação superior de caráter público, bem com as unidades de pesquisa a construir repositórios institucionais de acesso livre, nos quais deverão ser depositados o inteiro teor da produção técnico-científica conclusiva dos estudantes aprovados em cursos de mestrado, doutorado, pós-doutorado ou similar, assim como da produção técnico-científica, resultado de pesquisa científicas realizadas por professores, pesquisadores e colaboradores, apoiados com recursos públicos para acesso livre na rede mundial de computadores; entende-se por produção técnico-científica monografias, teses, dissertações e artigos publicados em revistas, nacionais e internacionais, com revisão por pares (BRASIL, 2018, não paginado).

Vale ressaltar também o nome de Hélio Kuramoto, que figura como um dos ativistas do movimento no Brasil, especialmente durante o tempo que trabalhou no IBICT.

O grande ativista do movimento Steven Harnad, em 2006, declarou que o Brasil seria o país líder, no contexto da América Latina, do movimento do Acesso Aberto. Pois, através do portal Scielo, já havia consolidado a via dourada no país, porém esforços deveriam continuar sendo empreendidos no sentido de consolidar também a via verde, através da criação e implantação dos repositórios digitais institucionais (HARNAD, 2006).

Passados doze anos (2018), percebe-se que essa consolidação já é uma realidade, em especial devido ao trabalho desenvolvido pelo IBICT na implantação dos referidos repositórios institucionais, trabalho iniciado sistematicamente em 2009 junto às IES.

Diante do exposto, percebe-se que as duas infovias do acesso aberto: via verde e via dourada, já são uma realidade no Brasil e no mundo e junto com estas muitas questões envolvendo direitos autorais de autores e editoras, sobre o que será abordado

mais à frente. Porém, propõe-se iniciar com o seguinte esclarecimento: afinal, por que dourado e verde para designar as vias do acesso aberto?

De acordo com Harnard (2009), ele cunhou esses dois termos em um texto publicado no ano de 2004 em que abordava o acesso aberto por meio de revistas eletrônicas e também a partir de repositórios digitais (temáticos e institucionais). Harnard explica que utilizou verde para referir-se aos repositórios, aludindo à cor utilizada pelo site do Projeto SHERPA/RoMEO para identificar as políticas de editoras que endossam o acesso aberto dos artigos submetidos em repositórios institucionais de autoarquivamento. Já o adjetivo dourado foi utilizado por razões irônicas, referindo-se a corrida pelo ouro nos Estados Unidos à época de sua emancipação (Gold fever – Gold rush). Para ele, aumentar a visibilidade da ciência não passaria necessariamente pelos periódicos de acesso aberto, mas sim pelo autoarquivamento em repositórios digitais. Neste sentido, para Harnard, muito mais importante que incentivar que os periódicos sejam de acesso aberto, seria incentivar políticas de periódicos pagos para permitir a disponibilização nos repositórios, em especial institucionais, uma vez que estes, na opinião dele, podem levar à democratização do acesso em 100%.

Vale lembrar que disponibilizar conteúdo já publicado em revistas científicas implica observar as políticas adotadas pelas mesmas. No intuito de auxiliar o trabalho de gestão dos repositórios institucionais e o autoarquivamento foi que o Projeto SHERPA/RoMEO desenvolveu uma classificação de cores para categorizar os diferentes tipos de políticas de copyright e autoarquivamento praticados por revistas acadêmicas, notadamente no Reino unido, mas que têm sido adotadas por outros países, a exemplo do Brasil.

2 POLÍTICAS EDITORIAIS E ACESSO ABERTO

Conforme já foi citado, em razão do surgimento do movimento do acesso aberto e as práticas de autoarquivamento, as revistas científicas têm cada vez mais se preocupado em registrar em suas políticas de copyright e autoarquivamento as condições impostas aos autores. Neste sentido, o projeto SHERPA/RoMEO é referência na categorização dessas políticas, um trabalho que auxilia autores e gestores de repositórios, na identificação da permissão ou condições para disponibilização dos textos publicados em repositórios digitais. A seguir, será apresentada a categorização das políticas propostas pelo SHERPA/RoMEO, as quais estão organizadas em cores.

2.1 O PROJETO SHERPA/ROMEO

Sherpa/Romeo é um acrônimo de *Securing a Hybrid Environment for Research Preservation and Access - Rights METadata for Open Archiving*. Trata-se de um projeto instituído no Reino Unido para promover a visibilidade das pesquisas científicas a partir de tecnologias de arquivos abertos. A base de dados SHERPA/RoMEO (www.sherpa.ac.uk/romeo.php) originou-se quando as informações obtidas pelo RoMEO passaram a ser gerenciadas pelo SHERPA (originalmente estabelecido para proteger um ambiente híbrido para preservação e acesso da pesquisa). O banco de dados *Copyright Knowledge Bank* (CKB), como também é denominado no âmbito do projeto, fornece aos autores acadêmicos, administradores e editores de repositórios institucionais (RI) a capacidade de verificar as condições e restrições que os editores colocam em artigos acadêmicos autoarquivados (GADD *et al.*, 2004 apud JEKINS *et al.*, 2007). Tais condições são especificadas nos acordos de transferência de direitos autorais dos editores (*Copyright Transfer Agreements* – CTAs) – estes são os documentos legais que são assinados pelos autores quando atribuem direitos autorais ou uma licença de direitos autorais aos editores ou editoras de periódicos científicos.

Esses acordos muitas vezes concedem alguns direitos ao autor, o que pode permitir-lhes, ou não, autoarquivar o trabalho de alguma maneira. (JENKINS; PROBETS; OPPENHEIM; HUBBARD, 2007)

Na figura 1 é possível verificar as informações disponibilizadas pelo projeto, o qual apresenta possibilidade de tradução em diferentes idiomas, inclusive português.



Figura 1: Página inicial do SHERPA/RoMEO
Fonte: <http://www.sherpa.ac.uk/romeo/index.php>

Como parte de sua interface de usuário, e para destacar o grau que um editor permite o autoarquivamento, o banco de dados SHERPA/RoMEO fornece um sistema de classificação, atribuindo cores de autoarquivamento de "verde", "Azul", "amarelo" e branco "para editores, conforme sua política de autoarquivamento". (JENKINS; PROBETS; OPPENHEIM; HUBBARD, 2007).

Assim, os editores recebem uma determinada cor de autoarquivamento, dependendo do que permitem que sejam autoarquivados, as quais se distribuem da seguinte maneira:

- Branco (nem pré-print ou pós-print podem ser autoarquivados);
- Amarelo (apenas pré-print podem ser autoarquivados);
- Azul (somente post-print podem ser autoarquivados); e

- Verde (os pré-print e pós-print podem ser autoarquivadas).

Outra cor é "dourado", embora isso não seja usado no CKB, pois é independente dos direitos de autoarquivamento. Como já mencionado, relaciona-se aos editores que publicam revistas de acesso aberto, ou seja, revistas eletrônicas que são sempre gratuitas no ponto de uso e para as quais nenhuma taxa de assinatura é paga (BRODY *et al.*, 2004 apud JENKINS *et al.* 2007). Assim, mesmo a revista sendo em acesso aberto, pode ter sua política de autoarquivamento classificada em alguma das cores supracitadas.

De acordo com Suber (2003), baseado na Declaração de Bethesda sobre Publicação de Acesso Aberto, entende-se por autoarquivamento a ação de depositar, imediatamente após a publicação, textos completos e seus suplementos em repositórios digitais *online* mantidos por instituições de ensino e/ou pesquisa, sociedade acadêmica, órgão governamental ou outra organização bem estabelecida que busque permitir o acesso aberto, sem restrições de distribuição, interoperabilidade e arquivamento de longo prazo.

No sítio do SHERPA-RoMEO, a atribuição da cor da política do editor é realizada por um algoritmo, baseado nas informações apresentadas pelos editores a partir do preenchimento de formulários. Neste sentido, para facilitar a operação do sistema a partir dos usuários, foi desenvolvido um vocabulário controlado do CKB para que o mesmo possa dar a maior autonomia possível ao sistema de atribuição de cores.

O banco de dados utiliza três categorias básicas para analisar as CTAs, que são:

- (1) "O que" pode ser autoarquivado;
- (2) "Condições" de autoarquivamento, incluindo "onde" pode ser autoarquivado;
- (3) "Restrições" de autoarquivamento, incluindo "quando", pode ser

autoarquivado.

Na questão sobre “o que” pode ser arquivado há três opções:

a) pré-print - Um pré-print foi definido pelo CKB como "A principal, versão/forma preliminar do trabalho, até e durante o processo de revisão pelos pares". Em outras palavras, um pré-print é qualquer versão do trabalho que ainda está sendo revisada, antes ou durante o processo de revisão pelos pares.

b) Pós-print - versão do autor. Um post-print foi definido pelo CKB como "A versão/forma definitiva do trabalho, após a revisão pelos pares, que foi aceita para publicação, para o qual o direito autoral foi atribuído ou um contrato de licença que foi assinado". A versão "autor" de um pós-print é uma que é produzida pelo autor, com todos os comentários e revisões entre pares integrados no texto, mas que não foram editados pela editora da revista.

c) Pós-print - versão do editor. A versão do editor do pós-print é definida de forma semelhante pelo CKB como uma que foi revisada por pares, foi aceita para publicação e para quem o direito autoral foi atribuído ou um contrato de licença foi assinado. No entanto, a versão do publisher de um pós-print é aquela na qual a edição de cópia e a formatação do editor estão em vigor, ou seja, um PDF produzido pela editora se enquadra nesta categoria ao atribuir uma cor de autoarquivamento, cada um destes tipos é considerado, juntamente com quaisquer condições ou restrições anexadas a estas (JENKINS; PROBETS; OPPENHEIM; HUBBARD, 2007).

Algumas editoras impõem condições para a permissão do autoarquivamento como, por exemplo, "Um link eletrônico deve ser fornecido na página inicial / site da revista"; "O detentor dos direitos autorais do trabalho deve ser reconhecido"; "O trabalho arquivado não deve ser usado para qualquer distribuição externa sistemática por terceiros". Porém, ao realizar as condições, conforme especificado pelo editor, os

autores podem autoarquivar seu trabalho e neste sentido as condições não influenciam na cor que a política do periódico receberá, mas servirá de esclarecimento para autores e gestores de repositórios. (JENKINS; PROBETS; OPPENHEIM; HUBBARD, 2007)

Restrições relativas a “quando” o trabalho pode ser autoarquivado também são identificadas nas políticas e, dependendo do embargo, interferem na cor da política do periódico. A definição de uma restrição é que é um requisito que os editores solicitam que seja cumprido para autoarquivar, mas que impede que um autor se autoarquive imediatamente. Exemplo de restrição é: "O trabalho só pode ser autoarquivado seis meses após sua publicação na revista".(JENKINS; PROBETS; OPPENHEIM; HUBBARD, 2007)

Se uma (s) restrição (s) for (em) especificada (s) pelo editor, o autoarquivamento do trabalho não é permitido, pelo menos de imediato, resultando na não atribuição de uma cor relevante ao editor. Por exemplo, se um editor permitir o autoarquivamento de pré-prints, mas também estipula que o pós-print só pode ser autoarquivado no prazo de um ano, ou seja, após um embargo de um ano, então esse editor recebe a cor "amarela", e não a cor "azul" ou a cor "verde" resultante (JENKINS; PROBETS; OPPENHEIM; HUBBARD, 2007).

A facilidade de assimilação desse sistema de cores fez com que o banco de dados CKB do SHERPA/RoMEO venha sendo adotado por vários países, a exemplo do Brasil. Esta utilização é possível observar a partir do diretório Diadorim, o qual será abordado a seguir.

2.2 DIADORIM

O Diadorim é um diretório de políticas editoriais das revistas científicas brasileiras. Apresenta-se como um serviço de informações relativas às autorizações

BiblioCanto

concedidas para o armazenamento e o acesso dos artigos das revistas brasileiras em repositórios digitais de acesso aberto. A coleta das informações é realizada diretamente com os editores das revistas científicas que preenchem um formulário no sistema do diretório (DIADORIM, 2012).

O site baseia-se na classificação do SHERPA/RoMEO para categorizar as políticas das revistas. O objetivo do serviço é identificar, sistematizar e disponibilizar as informações das políticas estabelecidas pelas editoras dos periódicos brasileiros referentes ao armazenamento dos artigos nos repositórios institucionais. Neste sentido, constitui-se em uma fonte de consulta importante para que autores e gestores de repositórios não descumpram o acordo de publicação estabelecido entre o autor e a revista, quando do arquivamento de artigos no repositório da instituição (DIADORIM, 2012).

O diretório utiliza como software de plataforma o Dspace. A partir do mesmo é possível acessar documentos que orientam os editores no cadastro, bem como apresenta a proposta do diretório. Diferentemente do SHERPA/RoMEO, é o próprio editor que sinaliza a cor na qual sua política se enquadra.

Na figura 2 observa-se a página inicial do diretório, no qual é possível verificar a forma como as informações sobre as políticas são apresentadas: por editora, área do conhecimento etc. No menu “Sobre o Diadorim” é possível acessar os documentos que orientam o uso do diretório.



Figura 2: Página inicial do Diadorim

Fonte: <http://diadorim.ibict.br/>

De acordo com informações disponíveis no site do IBICT, o Diadorim foi lançado no ano de 2011, durante a 2ª Conferência Luso-Brasileira sobre Acesso Aberto. Consistiu de resposta a uma demanda apresentada pelos gestores de serviços de repositórios institucionais quanto às permissões para o depósito e disponibilização para o acesso. Hoje, 2018, são 1509 periódicos cadastrados na plataforma.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme verifica-se diante do que foi exposto, o movimento do acesso aberto à comunicação científica, ou simplesmente Open Access, como é conhecido internacionalmente, é uma realidade já consolidada no Brasil e no mundo e as questões relativas aos direitos autorais também se apresentam encaminhadas nas diferentes políticas editoriais das revistas científicas, sejam de acesso aberto ou não.

Se é possível dizer que o acesso aberto é colorido, seguramente essas cores não se restringem a verde e dourado, largamente utilizados na literatura do assunto para denominar os repositórios digitais e os periódicos. Mas acrescentamos a esse colorido o branco, amarelo e azul, denotando diferentes formas com que as políticas das revistas lidam com o direito do autor de promover a visibilidade da sua produção.

Porém, é válido afirmar que esse desafio se renova nos dias atuais com um outro movimento que emerge no âmbito da comunicação científica, que é o acesso aos dados abertos de pesquisa. Ferramentas para criação e gestão de repositórios de dados já estão sendo experimentadas, no Brasil e no mundo. No entanto questões relativas à propriedade intelectual ainda estão longe do colorido apresentado pelos repositórios de texto completo, configurando-se um verdadeiro desafio para os pesquisadores da Ciência da Informação e outras áreas interdisciplinares a esse tema.

Abstract: It presents the editorial policies of scientific journals regarding open access issues. It uses as base a foreign experience called SHERPA/RoMEO and another Brazilian, coordinated by the Brazilian Institute of Information in Science and Technology, Diadorim. It emphasizes that the policies presents themselves with different permissions and restrictions regarding the availability of scientific articles in repositories, which are classified in four colors: blue, green, yellow and white. It emphasizes the importance of this type of service to the repositories in order to advise researchers and institutions in the management of scholarly communication repositories and policies.

Keywords: Editorial policies. Open access. Scholarly communication

REFERÊNCIAS

BRÄSCHER, Marisa. Apresentação do programa biblioteca digital brasileira e seus projetos. *In:* Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT. **Reunião sobre a implantação do consórcio de teses e dissertações**, 2002. Disponível em: http://bdt2.ibict.br/images/stories/documentos_importantes/relatorio1_reuniaoctc.pdf. Acesso em 20 dez 2008.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei do Senado nº 387, de 2018**. 2018. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/101006>. Acesso em 09 jan. 2018.

BUDAPEST Open Access Initiative. Disponível em: <http://www.soros.org/openaccess>. Acesso em 12 jan. 2018.

DIADORIM. Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras. Disponível em: <http://diadorim.ibict.br/>. Acesso em 09 jan. 2018.

DIADORIM. **Documento de apoio**. Brasília, 2012. Disponível em: http://diadorim.ibict.br/about/docs/documento_apoio_servico_diadorim.pdf. Acesso em 09 jan. 2018.

FAPESP - FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO. SciELO, um modelo reconhecido. **Pesquisa Fapesp**, São Paulo, n. 73, p.1-2, 13 mar. 2002. Disponível em: <http://www.revistapesquisa.fapesp.br/index.php?art=1730&bd=1&pg=2&l g=>. Acesso em 20 abr. 2009.

GIBBS, Wayt W. Lost Science in the Third World. **Scientific American**, ago., p. 76-83, 1995.

HARNAD, Stevan. **Self-archiving mandates**. 2006. [Blog]. 21 dez. 2006. Disponível em: <http://openaccess.eprints.org/index.php?/archives/2006/12/C1.html>. Acesso em 30 maio 2009.

HARNAD, Stevan. Open access- gold and green. [Correspondência]. Destinatário: Jacqueline Cunha - jacqueline@bczm.ufrr.br. 13 jan. 2009. 1 e-mail.

IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. **Acesso livre à informação científica impulsiona desenvolvimento do País**. 2009. Disponível em: <http://www.ibict.br/noticia.php?id=596>. Acesso em 29 maio 2009.

JENKINS, C.; PROBETS, S.; OPPENHEIM, C.; HUBBARD, B. RoMEO Studies 8: self-archiving: the logic behind the colour coding used in the Copyright Knowledge Bank. **Program: electronic library and information systems**, v. 41, n. 2, p. 124-133, 2007.

KURAMOTO, Hélio. Acesso livre a informação científica: novos desafios. **Liinc em revista**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 155-158, set. 2008.



KURAMOTO, Hélio. **Atuação do IBICT e os Open Archives**. [slides]. [Apresentação em ppt]. 2009. Disponível em: http://www.ibict.br/anexos_secoes/atuacao.ibict.ppt. Acesso em 15 jan. 2009.

MEADOWS A.J. **A Comunicação científica**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1999.

MENEGHINI, Rogério. Avaliação da produção científica e o Projeto SciELO. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 27, n. 2, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010019651998000200018&lng=en&nrm=iso. Acesso em 30 mar. 2009.

PORTAL PERIÓDICOS CAPES. **Capes e Elsevier oferecem acesso livre a artigos brasileiros**. 2009. Disponível em: <http://www.periodicos.capes.gov.br/portugues/paginaInicial/novidades/not016.htm>. Acesso em 25 jun. 2009.

SHERPA/RoMEO - **Políticas de copyright e de auto-arquivo de editores**. [201-]. Disponível em: <http://www.sherpa.ac.uk/romeo/index.php?la=pt>. Acesso em 08 jan. 2018.

SILLÓ, Teresa. Fundamentos tecnológicos del acceso abierto: Open Archives Initiative e Open Archival Information System. **El profesional de la información**, v. 14, n. 5, p. 365-380, set./out., 2005.

SUBER, Peter. **Bethesda Statement on Open Access Publishing**. 2003. Disponível em: <http://www.earlham.edu/~peters/fos/bethesda.htm>. Acesso em 10 dez. 2017.

SUBER, Peter. Praising progress, preserving precision. **SPARC Open Access Newsletter**, v.77, set., 2004. Disponível em: <http://www.earlham.edu/~peters/fos/newsletter/09-0204.htm#progress>. Acesso em 10 dez. 2018.

TRISKA, Ricardo; CAFÉ, Lígia. Arquivos abertos: subprojeto da Biblioteca Digital Brasileira. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 3, p. 92-96, set./dez. 2001.